



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2021

(n° 635/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 635

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de novembro de 2021.

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Panamá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 969/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3038886** e o código CRC **62E11D4A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009143/2021-18

SEI nº 3038886

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA

CPF: 296.334.781-20

ID: 8282 MRE

1958 Filho de Antonio Carlos de Abreu e Silva e Maria Helena Moojen de Abreu e Silva, nasce em 12 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD - IRBR

1986 Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília/DF

1990 CAD - IRBR

2002 CAE - IRBR, tese: "O Dilema Cambial Argentino e os Interesses Brasileiros"

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1994 Primeiro-secretário, por merecimento

2000 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2012 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1984-85 Divisão do Orçamento, assistente

1985 Departamento de Promoção Comercial, assistente

1985-88 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, assistente e assessor

1988-91 Embaixada em Buenos Aires, segundo-secretário

1991-93 Consulado-geral em São Francisco, cônsul-geral adjunto

1993 Departamento das Américas, assessor

1994-95 Subsecretaria-geral de Planejamento, assessor

1995-96 Ministério da Fazenda, Gabinete do Ministro, assessor especial

1996-99 Embaixada em Washington, primeiro-secretário

1999-2002 Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro

2003-05 Embaixada em La Paz, conselheiro

2005-07 Divisão de Acesso a Mercados, chefe

2007-09 Embaixada em Washington, ministro-conselheiro

2009-11 Coordenação-geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá, chefe

2011-13 Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos,

2013-18 diretor
2018- Consulado-geral em Sydney, cônsul-geral
2018- Consulado-geral em Atlanta, cônsul-geral

Publicações:

2003 A prosperidade argentina durante o padrão ouro e a ideologia da dolarização, in Revista de Economia & Relações Internacionais, vol. 2, nº 3, Fundação Armando Alvares Penteado/SP
2004 O efeito contágio e alta do juro pelo FED, in Valor Econômico
2005 A Argentina e o Plano de Conversibilidade, in Revista de Economia & Relações Internacionais, vol. 2, nº 6, Fundação Armando Alvares Penteado/SP

Condecorações:

2011 Quadro Ordinário da Ordem de Rio Branco, Grau de Comendador

FERNANDO PERDIGÃO

Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão de México e América Central

FICHA-PAÍS: PANAMÁ



OSTENSIVO
Novembro de 2021

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	13
ECONOMIA	15
MAPA	19
DADOS BÁSICOS	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ.....	21
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ.....	22
QUADRO DE ACORDOS BILATERAIS.....	25

PERFIS BIOGRÁFICOS

LAURENTINO “NITO” CORTIZO - PRESIDENTE



Laurentino “Nito” Cortizo é empresário e criador de gado. Nasceu na Cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1953. É bacharel em Administração de Empresas (Universidade de Norwich) e mestre em Comércio Exterior (Universidade do Texas). Trabalhou como assessor técnico na OEA, organização à qual foi nomeado representante altermo do Panamá em 1986. Foi deputado pela província de Colón (1994-2004) e presidiu a Assembleia Nacional (2000-2001). Foi ministro do Desenvolvimento Agropecuário (2004-2005), no governo de Martín Torrijos. Nos períodos em que não esteve na vida pública, dedicou-se às empresas da sua família, *Panablock* (materiais de construção) e *Hacienda Hermacor* (gado de alta genética). Foi eleito presidente do Panamá em 05 de maio de 2019, com 33,2% dos votos válidos.

ERIKA MOUYNES - CHANCELER



Erika Mouynes nasceu, em 1977, na Cidade do Panamá. Graduou-se em Direito e Ciências Políticas pela Universidad Santa Maria La Antigua (USMA) e em Administração de Negócios pela Universidad Latinoamericana de Ciencia y Tecnologia (ULACIT). Concluiu dois Mestrados em Direito e pós-graduação em Negócios e Finanças. Atuou como advogada no Panamá e nos EUA. Ocupou a chefia de Gabinete do Ministro de Indústrias e Comércio (2004-2007) e foi vice-ministra de Assuntos Multilaterais e Cooperação (2019-20). Participou da campanha de retirada do Panamá das listas de tributação favorecida, de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. Assumiu o Ministério das Relações Exteriores em 2/12/2020.

As relações entre o Brasil e Panamá são tradicionalmente amistosas, porém marcadas pela pouca densidade, a despeito dos interesses significativos de empresas brasileiras na realização de projetos no país.

A presidência de Nito Cortizo tem favorecido o fortalecimento, em alto nível, das relações bilaterais. Desde que assumiu a presidência, Cortizo tem empreendido esforços (“*Panamá es más que papeles*”) para mudar a imagem do país, reiterando o compromisso com a transparência e a aplicação efetiva da lei.

No ano de 2019 houve significativo investimento no aspecto econômico-comercial da relação. O Brasil esteve representado com estande próprio nas três principais feiras realizadas na capital panamenha: ExpoComer, considerada a maioria feira multisetorial da América Central e Caribe; a ExpoTurismo; e a ExpoLogística, que se realizou paralelamente a evento de grande dimensão entre a China e América Latina-Caribe, a denominada ChinaLac. O Brasil foi o país homenageado da ExpoLogística 2019. A pandemia de Covid-19, porém, impôs desaceleração da agenda. Feiras importantes foram adiadas *sine die*, provocando a necessidade de reorientação de planejamento e prioridades.

O aumento da relevância internacional e regional do Panamá justifica o fortalecimento do diálogo e a diversificação das relações com o país. Ambos os governos vêm avaliando perspectivas de retomada do programa bilateral de cooperação técnica em áreas como a agroindústria. O Brasil trabalha na possível criação de agenda de cooperação científica e tecnológica com o setor de *startups* voltadas à economia digital e à produção de fármacos e vacinas.

Encontros Bilaterais

O Presidente Jair Bolsonaro manteve contato telefônico com seu homólogo Laurentino “Nito” Cortizo em 27/7/2021. Os Chanceleres Carlos França e Erika Mouynes conversaram por videoconferência em 7/6/21 e mantiveram reunião em Lima, em 29/7/21, por ocasião da posse de Pedro Castillo na Presidência do Peru.

No que se refere a visitas oficiais de cunho bilateral, a última ocasião foi a viagem do ex-Chanceler Antonio Patriota à Cidade do Panamá, em junho de 2011. A Ministra Damares Alves representou o presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo, em 1º de julho de 2019, na Cidade do Panamá. Em dezembro de 2019, o Embaixador Norberto Moretti, então Secretário responsável pela área de assuntos econômicos e promoção comercial no Itamaraty, participou da “Feira

Expologística”, na Cidade do Panamá, ocasião em que se reuniu com o Vice-Chanceler, Federico Alfaro.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em abril de 2000, foi assinado o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. O memorando previa a realização de consultas políticas regulares de alto nível entre as chancelarias, em periodicidade mutuamente acordada. A I Reunião do Mecanismo foi realizada em novembro de 2020, em nível de vice-chanceleres. O encontro virtual teve como anfitrião o então Vice-Chanceler do Panamá, Federico Alfaro. Pelo lado brasileiro, presidiu a delegação o Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas. A agenda incluiu temas das agendas bilateral e multilateral, políticos, econômicos, de cooperação, entre outros. O Brasil deverá ser o anfitrião da próxima reunião do mecanismo de consultas políticas.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983.

A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura/pecuária e proteção social, entre outras. Escritório da Embrapa chegou a funcionar no Panamá (entre 2010 e 2014), com missão de alcance sub-regional. O início do governo Cortizo coincidiu com a conclusão dos ciclos de execução de projetos do programa de cooperação, o que requereu reavaliação das possibilidades e das oportunidades de cooperação.

Em agosto de 2019, a Diretora de Cooperação Internacional panamenha foi recebida pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em Brasília, Embaixador Ruy Pereira, ocasião em que acordaram convocar reunião do Grupo de Trabalho Bilateral, com a participação das entidades cooperantes brasileiras e das instituições beneficiárias panamenhas. A crise sanitária retardou o processo, que foi tratado na I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em novembro de 2020. As áreas indicadas como prioritárias foram: (a) desenvolvimento rural, com iniciativas para fomento do agronegócio e programas sociais para a agricultura familiar; (b) preservação do patrimônio histórico; (c) direitos de pessoas com deficiência; (d) capacitação de carreiras técnicas; (e) cooperação em saúde. O Diretor da ABC

realizará visita ao Panamá de 22 a 26/11/21, acompanhado de missão técnica multidisciplinar que se reunirá contraparte panamenha para negociar os termos de referência para projetos e iniciativas concretas nas áreas demandadas.

Cooperação no Setor Agropecuário

Em matéria de cooperação, houve ainda recentes visitas de entidades ligadas ao setor agropecuário brasileiro dispostas a cooperar em ações de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. Essas oportunidades podem fortalecer a presença no mercado local de sementes, sêmen e embriões, que é expressiva. A cooperação brasileira tem papel relevante na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favorece o intercâmbio comercial nesse segmento e posiciona o Brasil como país de referência para o Panamá.

Cooperação Científica e Promoção Tecnológica

Brasil e Panamá têm, mais recentemente, trabalhado conjuntamente para identificar possibilidades de cooperação bilateral nas áreas científica e tecnológica. São as seguintes iniciativas com desenvolvimento previsto para os próximos meses: i) Ida ao Brasil de missão técnica integrada por 20 panamenhos com atuação profissional relevante nos principais órgãos envolvidos em ciência, tecnologia e inovação do setores público e privado (Centros de Competitividade), além da sociedade civil, para programa de capacitação a ser oferecido pela Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) em São José dos Campos e Recife (05/12/21 a 15/12/21); ii) Visita do secretário nacional de C, T&I do Panamá, Dr. Eduardo Ortega-Barría, cujo interesse especial se concentra na área de fármacos, sobretudo na experiência brasileira com genéricos e vacinas; iii) Aproximação entre a ApexBrasil e a Agência Panamenha de Atração de Investimentos e Promoção de Exportações (ProPanamá).

O interesse prioritário panamenho é a cooperação em iniciativas de inovação em economia digital/e-commerce.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral, estruturalmente assimétrico e favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. A análise da série histórica permite identificar picos específicos (2010-13), associados à presença de construtoras brasileiras que estimularam a importação de maquinários, equipamentos pesados e materiais para a

construção civil. Outro momento relevante ocorreu entre 2017 e 2018, com a importação de frota de ônibus urbanos produzidos pela Marcopolo, com chassis da Volvo, além de turbinas para aeronaves da Embraer, então operadas pela Copa Airlines. O quadro de elevados déficits panamenhos começou a ser alterado em 2020, com exponencial aumento das exportações de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). Embora persista saldo negativo para o Panamá, a diminuição foi relevante e tende a manter-se em 2021.

O Brasil passou a ocupar, em 2021, o 8º lugar entre os principais destinos das exportações panamenhas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censo do Panamá (INEC), até agosto do corrente ano o total exportado pelo Panamá ao Brasil foi de US\$ 87,3 milhões, o que representou aumento de 45,7% em relação ao mesmo período de 2020 (US\$ 59,89 mi). Em 2020, as exportações totalizaram US\$ 128,2 milhões, em comparação aos US\$ 4,9 milhões de 2019 e aos US\$ 8,1 milhões de 2018. Se excluído o cobre e seus concentrados, que hoje dominam a pauta (83,9%), os principais produtos panamenhos enviados ao Brasil são despojos de alumínio (9,74%), peixes congelados (3,09%); e despojos de fundição, ferro ou aço (1,23%).

No sentido contrário, as importações panamenhas procedentes do Brasil totalizaram US\$ 121,5 milhões em 2020, ficando o país em 9º lugar entre os fornecedores do Panamá, atrás de EUA, China, México, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Espanha e Japão. Em 2021, as importações também dão sinais de estarem operando em alta, com aumento de aproximadamente 48,5% em relação ao mesmo período do ano passado. No entanto, há que se ressaltar que o volume de compras do Brasil ainda não recuperou as cifras de 2019 (US\$ 197,5 milhões) e 2018 (US\$ 243,9 milhões). Entre as principais mercadorias importadas atualmente estão maquinário para impressão (7,37%); ladrilhos e placas/lajes (5,93%); partes de máquinas para peneirar/separar terras, pedras, minérios e outras substâncias minerais sólidas (4,21%); elevadores de ação contínua para mercadorias (4,2%); álcool etílico não desnaturado (4,2%); medicamentos contendo compostos nitrogenados (3,55%).

Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Canal do Panamá

O uso do canal do Panamá para escoamento das exportações brasileiras, para a costa oeste dos EUA e para a Ásia, em particular a China, tem figurado na agenda de entidades brasileiras como a Aprosoja e os Portos do Itaqui e de Suape, cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes, com o objetivo de discutir

mudanças no sistema de precificação de pedágios. O Governador de Pernambuco, acompanhado de extensa comitiva, também visitou o Panamá em janeiro de 2020 e manteve reuniões com o então Chanceler Alejandro Ferrer e outras autoridades, com o objetivo de avançar entendimentos de facilitação de comércio entre os portos de Suape e do Panamá.

Nesse sentido, os Portos do Itaqui, no Maranhão, e de Suape, em Pernambuco, têm buscado maior aproximação com as autoridades do canal. Itaqui assinou com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP-Panamá), em dezembro de 2018, memorando de entendimento com o objetivo de promover parcerias e troca de informações em áreas técnicas, ao passo que o Porto de Suape (PE) assinou documento do mesmo gênero em junho de 2019.

A Aprosoja Brasil também assinou dois memorandos com a ACP-Panamá, em março de 2018 e em março de 2019, com o propósito de abertura de diálogo e troca de informações sobre volume de safras, rotas de escoamento de produtos, entre outros.

Atualmente, o canal vem sendo utilizado majoritariamente por navios que transportam carga de alto valor agregado (contêineres, veículos, gás natural), uma vez que os pedágios cobrados para navios graneleiros inviabilizariam seu uso. Como consequência, praticamente a totalidade dos navios de soja que partem do Porto do Itaqui, o mais próximo da passagem do canal, termina por usar a rota que contorna a África para chegar à China.

Investimentos

O Panamá é considerado um dos países na América Latina mais favoráveis aos negócios e investimentos. Os fatores atrativos relacionam-se à posição geográfica do país e a seu *hub* logístico, à abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica e à existência de importante centro financeiro internacional.

Em 2018, o Brasil ocupava o 4º lugar entre os investidores da América do Sul, com total de aproximadamente US\$ 400 milhões, o que já representava, contudo, redução significativa em relação a 2016 (US\$ 626 milhões). Em 2019, o estoque de investimentos do Brasil era de US\$ 428 milhões, com fluxo positivo de cerca de 22 milhões, revertendo tendência negativa dos dois anos anteriores. Como as fontes panamenhas não fazem distinção entre aplicações financeiras e investimentos produtivos, não é possível identificar com segurança a finalidade dessas aplicações. Dados do Banco Central do Brasil de 2017 indicavam grande concentração dos investimentos brasileiros em atividades financeiras, seguros e serviços relacionados.

A base de dados do Banco Central de 2017 também registra investimentos do Panamá no Brasil no valor de US\$ 1,2 bilhão. Os principais segmentos são atividades

imobiliárias, comércio e reparação de veículos, construção e indústrias de transformação. São as seguintes empresas de origem brasileira de que se tem registro no Panamá: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset (Sede de Empresa Multinacional do Setor Financeiro); International Meal Company (Setor Comida Rápida); Furukaea Industrial S.A. (Empresa da Zona Livre de Colón); Innovapharma, S.A. (centro de distribuição regional); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Stefanini Group (automatização e tecnologia); Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).

Além da Odebrecht, que teve sua presença no Panamá altamente reduzida, registro a descontinuidade de operações de outras empresas brasileiras no Panamá, por fatores diversos. As construtoras Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutiérrez aqui estiveram e integraram o “Consórcio Interoceânico”, com o objetivo de participar das licitações para ampliação do Canal do Panamá (2009-2016). Outro consórcio foi vencedor e as referidas empresas brasileiras deixaram o Istmo. Nos últimos anos, também encerraram atividades os escritórios da Ananda International Products, da Sadia S.A., da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Embraer. Recordo que a empresa Copa Airlines adquiriu da empresa brasileira, a partir de 2004, total de 14 aeronaves E-190, utilizadas até a pandemia, quando foi anunciada a venda à australiana Alliance Airlines. Segundo declarou o presidente da Copa em setembro de 2020, previa-se redução da frota de 102 para 52 aeronaves, até a recuperação do setor, o que começa a ocorrer e poderá gerar novas oportunidades.

Copa Airlines e Embraer

As relações aerocomerciais entre Brasil e Panamá são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos e Memorando de Entendimento cujas partes são a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua homóloga panamenha, a Autoridade Aeronáutica Civil (AAC). O Congresso Nacional aprovou o Acordo em outubro de 2009.

A COPA Airlines mantinha, antes da crise sanitária, voos semanais para sete cidades brasileiras – Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Manaus.

Não obstante a maior morosidade das trocas internacionais ocasionada pela pandemia, a Embraer continua a realizar missões ao Panamá. Registre-se, ainda sobre a empresa, que a aeronave presidencial panamenha é um Embraer EMB-135 BJ Legacy 600, fabricado em 2008 e adquirido em 2009.

Classificação do Panamá como País de Tributação Favorecida (‘Paraíso Fiscal’)

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil (RFB), em razão da alíquota de tributação de renda e da falta de transparência no acesso a informações tributárias.

O governo Nito Cortizo vem adotando tom pragmático para lidar com a matéria, reconhecendo deficiências do Panamá e se comprometendo a implementar reformas no setor financeiro.

Acordo de Facilitação de Investimentos e MERCOSUL

Em 2020, foram apresentadas ao Panamá duas propostas para o início de conversações sobre Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e abertura de diálogo exploratório sobre um acordo de livre comércio com o MERCOSUL. As duas iniciativas não foram adiante. O Panamá alegou que a ideia de um acordo com o MERCOSUL não teve acolhida no setor privado, bem como indicou reorientação de prioridades em função da pandemia e limitações de pessoal para iniciar novos processos negociadores. A parte panamenha reiterou que sua prioridade é atrair investimentos para agregação de valor, com geração de empregos e reexportação.

Assuntos Consulares

Estima-se que o Panamá chegou a abrigar, antes do início da pandemia, cerca de 4,5 mil brasileiros, tendo esse número sofrido brusca contração a partir de março de 2020, quando muitos retornaram ao Brasil. Embora não se tenha o número exato de nacionais que hoje vivem no país, pode-se inferir a dimensão da queda relativamente a 2019 pela redução no volume de serviços consulares fornecidos pela Embaixada do Brasil no Panamá.

Quase toda a comunidade brasileira vive hoje em situação migratória regular, com empregos formais em empresas transnacionais sediadas no país ou em organismos internacionais, dispondo, por conseguinte, de renda salarial considerável. São raros os casos de brasileiros em situação de grave vulnerabilidade. Registre-se que, atualmente, apenas dois nacionais cumprem penas em penitenciárias panamenhas.

Segundo dados do Aeroporto de Tocumen, em 2019, 103 mil viajantes brasileiros utilizaram o *hub* regional panamenho para conexões de voos internacionais, muitos dos quais com destino aos EUA, México e República Dominicana. O número caiu drasticamente em 2020, inclusive pelo longo período em que o aeroporto funcionou somente para operações humanitárias, mas há sinais de gradual retomada.

Tendo em conta o crescente número de nacionais e de estrangeiros com filhos brasileiros na rota migratória para a América do Norte, a Embaixada do Brasil no Panamá vem lidando, de maneira crescente, com casos de repatriação de crianças e adolescentes que perdem seus pais na perigosa travessia da fronteira entre Colômbia e Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma República presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições são realizadas em turno único, para um mandato de cinco anos, e têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder. A imprensa é livre e as organizações sociais manifestam-se com vigor.

As últimas eleições gerais foram realizadas em 5 de maio de 2019, com mandatos para o período 2019-2024 (5 anos). Foram disputadas, ademais da Presidência da República, 71 vagas de deputados, 20 vagas de deputados do Parlamento Centro-Americano, 81 prefeituras e 679 representantes de “corregimientos” (subdivisões dos distritos). Na ocasião, Laurentino “Nito” Cortizo (PRD) foi eleito Presidente, com 33,35% dos votos. O candidato do partido do ex-PR Martinelli, Rómulo Roux, terminou em segundo, com 31%. A candidatura oficialista do prefeito da Cidade do Panamá, José Blandon, do Partido Panameñista, terminou com 10% dos votos, atrás do independente Ricardo Lombana, que alcançou 20%.

Prioridades da administração de Cortizo

Nito Cortizo tomou posse em 01 de julho de 2019 com o compromisso de combater a pobreza e a desigualdade. O programa de governo alçou a educação à condição de “estrela” das políticas públicas, no entendimento de que a superação das deficiências nessa área tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social. Comprometeu-se com a promoção da transparência, o combate à corrupção e a realização da reforma da Constituição de 1972, demanda com a qual já tinha se comprometido seu antecessor. Deu início a uma série de iniciativas para modernizar o arcabouço normativo na economia (lei de parcerias público-privadas, legislação de fomento ao setor agropecuário, criação de regime especial para estabelecimento de empresas multinacionais do setor de manufaturas e modificações no regime migratório para atração de residentes temporários e definitivos em áreas de trabalho específicas), com o objetivo de assegurar taxas mais elevadas de crescimento. Também determinou de imediato o lançamento de

programas sociais, com foco na melhoria do sistema educacional e no desenvolvimento de programa de alimentação escolar (“*estudiar sin hambre*”), que teve, entre suas inspirações, a experiência brasileira na área.

Não obstante ter avançado em objetivos no marco normativo para o setor econômico, a segunda metade do mandato presidencial requererá esforços adicionais em matéria de institucionalidade e governança, em cenário de grandes desafios de reativação econômica após o forte impacto da pandemia. Projeto de reforma constitucional apresentado em 2019 gerou contundente reação em alguns setores da sociedade e acabou sendo retirado.

No final de 2020, Cortizo lançou também um outro processo de consultas em nível nacional para colher da sociedade os elementos de um novo consenso, o chamado “Pacto do Bicentenário-Cerrando Brechas”, estruturado com base em onze comissões, nos seguintes eixos temáticos: saúde, agro, inclusão, cultura, infraestrutura, meio ambiente, educação, estado justo e ético, água, economia e esportes. Os debates propostos pelo Executivo reacenderam o interesse popular sobre a possibilidade de convocação de Assembleia Constituinte.

Aspecto relevante do sistema político panamenho é o fato de a Constituição reconhecer autonomia de cinco comarcas indígenas. De acordo com o censo de 2010, as etnias representavam 12% da população do Panamá à época. No total, as comarcas cobrem 22% do território nacional. Internacionalmente, a legislação panamenha é considerada avançada por proteger os direitos dos povos indígenas em relação à identidade, língua, educação, autonomia político-administrativa e judicial (com limitações), e posse da terra. Por outro lado, há grandes desafios socioeconômicos, com a mais alta incidência de carências e pobreza multidimensional em áreas indígenas.

Gestão da Pandemia de Covid-19 e Impactos Sociais

Até 12/11/21, o Panamá contabilizou 474 mil casos de Covid-19, o que corresponde a cerca de 11% da população. Na mesma data, registravam-se 465 mil pessoas recuperadas e 7.336 óbitos, o que equivale a taxa de mortalidade em torno de 1,5%. O governo comemora o fato de contar com mais de 77,5% da população-alvo totalmente imunizada.

Em paralelo aos esforços para contratação de vacinas, dois elementos fundamentais da política governamental de enfrentamento à pandemia foram a adoção de duras medidas de isolamento social e fechamento de órgãos públicos e privados, acompanhados do lançamento de programa de assistência emergencial com distribuição de cestas básicas e vales digitais no valor médio de US\$ 100 dólares.

Segundo dados oficiais, o programa alcançou mais de 1,6 milhão de pessoas, mais de um terço da população. Apesar das elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e de ter chegado à condição de país de renda média, o Panamá convive com uma das maiores taxas de desigualdade no mundo, com fortes desequilíbrios territoriais.

O Panamá empreendeu decidido esforço para obtenção de vacinas (Pfizer, AstraZeneca e Mecanismo Covax) desde o início da pandemia, tendo contratado vacinas em número suficiente para folgada cobertura da totalidade da população acima de 12 anos. O processo de vacinação teve início em janeiro de 2021, e foi ganhando velocidade com a chegada de lotes maiores de imunizantes. Já teve início a aplicação da terceira dose de reforço para maiores de 55 anos e foi lançado programa de imunização de turistas (VacuTur), para favorecer a reativação do setor.

Recentemente o Panamá doou cerca de 244 mil doses à Nicarágua, por meio da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista. A Chanceler Mouynés tem ressaltado a apresentação do Panamá como um destino para “investimentos seguros”, a defesa do meio ambiente e uma “mediação sossegada”, assentada no respeito ao direito internacional e nos princípios de soberania, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. A diplomacia panamenha tem igualmente empreendido esforços para promover a imagem do país como um *hub* mundial multissetorial (logístico, aéreo, financeiro e digital), aproveitando o simbolismo de sediar o canal do Panamá e o desenvolvimento de uma importante indústria financeira e de serviços aéreos

Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de agências e programas das Nações Unidas no país, contabilizando mais de 30 organizações. Às agências do sistema das Nações Unidas juntam-se representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de importante *hub* aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Um aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios das organizações da ONU e dos bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

O Panamá busca ocupar posições no sistema multilateral com o lançamento de várias candidaturas, inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse

aspecto, o histórico com o Brasil é de tradicional e construtiva cooperação, evidenciada, entre outros, por consistente padrão de apoios mútuos. Entre os temas que atualmente têm destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas (que têm forte impacto no país); a agenda ambiental e de combate à mudança do clima; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais; acesso à saúde e vacinas; e direitos da mulher.

Em novembro de 2019, o Presidente Nito Cortizo anunciou acordo com o Google para a passagem de cabos marinhos de comunicações no país, ademais de investimento da empresa em uma sede local na “zona franca digital” da Cidade do Panamá. No mesmo mês, inaugurou complexo logístico e termelétrico da empresa norte-americana AES no porto de Colón, investimento da ordem de US\$ 1,5 bilhão e que servirá de base para a distribuição de gás natural e combustíveis na América Central e no Caribe.

O país ambiciona, portanto, consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região.

Estados Unidos

A relação com os Estados Unidos tem papel central nas ações externas do Panamá. Trata-se do segundo maior investidor no país (US\$ 9,13 bilhões e presença de mais de 200 empresas, em 2019), principal usuário do Canal (78,5% da carga e 68% do trânsito de embarcações), primeiro parceiro comercial e fonte valiosa de cooperação em saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras. A atração de novos investimentos norte-americanos tem alta prioridade. A primeira viagem internacional do mandatário após a pandemia teve o Texas como destino.

Há visitas de número expressivo de autoridades norte-americanas dos governos Trump e Biden (Departamento de Estado, “Homeland Security”, Defesa, Comércio), a fim de tratar de agendas de cooperação em segurança, narcotráfico, migrações, temas financeiros e comerciais, investimentos, saúde e educação, entre outros. A tecnologia 5G também é outro tema importante na pauta. Há avanços na cooperação bilateral para aprimorar normas e práticas no combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outros delitos internacionais associados. No campo de combate a ilícitos, a assinatura de memorando de entendimento com os EUA, em janeiro de 2021, permitiu a instalação do Centro Regional de Operações Aéreas Navais e da Força Marítima Conjunta Panamenha, o que possibilitou reforço em equipamentos. O Panamá foi recordista na apreensão de drogas em toda a

América Central em 2021.

Estabelecimento de Relações Bilaterais com a China

Entre as principais ações recentes de agenda externa do Panamá, destaca-se o rompimento de relações diplomáticas com Taiwan e o estabelecimento de relacionamento com a República Popular da China, em junho de 2017. Comentaristas destacaram, à época, a relevância geoestratégica do Istmo e de seu canal interoceânico no marco da Iniciativa da Rota da Seda. O Panamá foi o primeiro país latino-americano a incorporar-se ao projeto, em novembro de 2017. Consumado o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, mais de duas dezenas de acordos foram assinados entre China e Panamá em um ano. Os dois governos iniciaram, em junho de 2018, a negociação de um acordo bilateral de livre comércio.

A posse de Nito Cortizo trouxe inflexões, como reavaliação da proposta de tratado de livre comércio e recuo no projeto de conexão ferroviária entre a Cidade do Panamá e David, capital do distrito de Chiriqui. O projeto da quarta ponte sobre o Canal do Panamá, que seria desenvolvido por consórcio chinês, foi modificado, assim como os planos para grande obra de transmissão elétrica na costa caribenha.

Embora se identifique considerável arrefecimento na outrora prioritária relação, as autoridades panamenhas seguem declarando que as relações com a China têm importância estratégica. O país asiático tornou-se em 2020 o segundo maior usuário do Canal (mobilizando atualmente 22,1% da carga) e principal destino das exportações de cobre e concentrados. As vendas de carne bovina e frutas dão sinais positivos. A China presta relevante cooperação educacional e cultural, além de ter, durante a pandemia, realizado importantes doações de equipamentos e itens de proteção individual. Em segmentos empresariais, observa-se forte interesse em intensificar as relações econômico-comerciais.

Agenda Regional: Nicarágua e Venezuela

Nicarágua e Venezuela têm sido destacadas pela diplomacia panamenha como os dois casos de maior preocupação no âmbito regional. Em diversas instâncias, o país tem defendido atuação da comunidade internacional em busca de soluções realistas para os desafios na região. Perante a Assembleia-Geral nas Nações Unidas, o Presidente panamenho ressaltou que seu país quer ser uma ponte para unir as nações em busca de soluções comuns para desafios regionais e globais.

O Panamá tem manifestado grande preocupação com as prisões de líderes da oposição na Nicarágua e declarado que o povo nicaraguense merece eleições "livres, justas, confiáveis e transparentes". Após os Estados Unidos, o Panamá é o principal destino de trabalhadores da Nicarágua. As autoridades locais informaram da entrada

de 18.350 imigrantes nicaraguenses no período 2015-2019, número apenas inferior aos registrados para Venezuela e Colômbia. No entanto, esses dados não representam o número real de entradas, uma vez que muitos migrantes não têm situação regular no país.

O Panamá tem chamado atenção para a complexidade do cenário venezuelano, com questionamento sobre as diversas iniciativas paralelas e reiterado posição em favor de um retorno a um ambiente democrático no país, com a participação de todos os atores políticos venezuelanos. Em 5/01/21, o Panamá deixou de reconhecer Juan Guaidó como Presidente Encarregado da Venezuela, embora salientando que tal posição não deveria ser interpretada como reconhecimento da legitimidade do regime de Nicolás Maduro. Foram retiradas as credenciais da representante do Presidente Encarregado no Panamá, comunicada ao corpo diplomático no início de fevereiro.

ECONOMIA

Na campanha eleitoral, o Presidente Laurentino "Nito" Cortizo assumiu o compromisso de reativar a economia panamenha, gerar empregos, diminuir a desigualdade socioeconômica e adotar políticas mais robustas em saúde, educação, moradia, transporte, saneamento e desenvolvimento agropecuário.

Cortizo tem afirmado que privilegiará obras que melhorem as condições de vida no interior do país, em resposta à percepção que se consolidou de tratamento privilegiado para a Cidade do Panamá e a zona do Canal. Quanto aos produtores rurais, Cortizo favorece a retomada da campanha *“Panamá con orgullo consume lo tuyo”*, para a produção nacional.

O Panamá é um dos países com maior nível de desigualdade da América Latina, fenômeno estreitamente relacionado com os fortes desequilíbrios territoriais. A concentração do produto nacional na província do Panamá, que já existia antes do período de expansão econômica das últimas décadas, intensificou-se ainda mais desde então, acompanhada mais recentemente da província de Colón, devido à inauguração de uma grande mina de cobre (Projeto “Cobre Panamá”, da mineradora canadense *First Quantum*). Em termos de produto per capita, as províncias do Panamá e de Colón estão muito acima das demais.

Perfil da Economia Panamenha

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. O país possui, há alguns anos, a economia mais dinâmica da América Latina.

As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram, entre outros, o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil e o investimento público. A baixíssima carga tributária constitui um dos principais fatores de atração de investimentos no país, assim como o baixo nível de endividamento estatal, ao redor de 40% do PIB. O Panamá enfrenta, contudo, desafios para manter o ritmo de investimentos. Embora a economia se mantenha como a que mais cresce na região, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais.

No que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do canal e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento com forte contraste entre a evolução da renda e da produção age para prevenir e matizar situações de crise nos setores econômicos que não se conectam diretamente com as atividades do Canal do Panamá.

Impactos Econômicos da Pandemia de Covid-19 e recuperação

Na América Latina e Caribe, a economia panamenha foi a terceira mais gravemente golpeada durante a pandemia, abaixo apenas de Barbados e Bahamas. Em 2020, a queda do PIB foi de 17,9%, enquanto o desemprego aumentou de 7,1% para 18,5%. No entanto, prognosticam-se boas taxas de recuperação para 2021 e 2022, respectivamente de 12% e de 8,2%, segundo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Essas projeções convergem com números do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Fitch Ratings. O Panamá seria regionalmente superado apenas pela Guiana (16%). A Cepal também projeta para 2021 redução da taxa de desemprego, que ficaria em 12%. Trata-se de perspectiva alentadora, embora insuficiente para recuperação da atividade aos níveis anteriores à pandemia.

No segundo trimestre de 2021, registrou-se crescimento de 40,4% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado decorre, entre outros fatores, do lançamento de mais de 20 projetos de obras públicas, destinados à recuperação de estradas, parques e praças, melhoria de escolas e outras instalações.

Os indicadores de desempenho no segundo trimestre de 2021 revelam grandes variações por setores de atividade. Na liderança, despontaram as atividades de mineração (crescimento de 728,3%) e da construção (489,5%), sobretudo de obras públicas e residenciais beneficiadas com taxas de juros preferenciais. Por outro lado, os setores de transporte, armazenamento e comunicações, de maior peso na

composição do PIB, tiveram crescimento mais moderado, de 29,8%. As operações do Canal do Panamá, dos portos e do transporte aéreo (de carga), e o setor de telecomunicações foram os que tiveram menor contração em 2020.

É relevante assinalar que o setor exportador panamenho, puxado pelas vendas de cobre e concentrados, teve desempenho fora dos padrões de crise. Entre janeiro e agosto de 2021, as vendas externas tiveram aumento de 111%, com liderança de embarques para o mercado chinês (32% do total exportado). Nesse movimento, registrou-se crescimento das exportações para o Brasil em 2020 e 2021, igualmente estimuladas por cobre e concentrados. A Zona Livre de Colón teve desempenho positivo, ainda que insuficiente para recuperar níveis anteriores à pandemia.

O Canal do Panamá

Inaugurado em 1914, o Canal foi administrado pelos Estados Unidos até 1999. Os principais usuários do Canal são EUA, China, UE, Chile, Japão, Coreia do Sul, Equador, Colômbia, Peru e México. Em junho de 2016 foi inaugurada obra de ampliação que, ao custo de US\$ 5,3 bilhões, passou a permitir o trânsito de navios do tipo Post Panamax de até 13 mil contêineres e 170 mil toneladas, contra 4,5 mil contêineres e 65 mil toneladas permitidos até então. Projeta-se que a obra deverá aumentar a parcela do comércio internacional que transita pelo país dos atuais 6% para cerca de 10% em um prazo de uma década.

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) pretende, com o objetivo de aumentar a competitividade do Canal, modificar tarifas de pedágio, em especial para navios porta-contêineres, e levantar medidas restritivas a trânsito noturno de navios de gás. Além disso, a ACP planeja ampliar a oferta de serviços, com a criação de um parque logístico, oferecer a concessão de um terminal *roll-on* e *roll-off* para o transbordo de automóveis, além de construir um terminal de gás liquefeito (GNL). Concomitantemente, dará continuidade à construção de um porto de contêineres em *Corozao Oeste*.

Setor Financeiro

Considerado um dos mais importantes centros financeiros da América Latina, o Panamá tem um segmento financeiro que conta com quase uma centena de instituições nacionais e estrangeiras e representa cerca de 10% do PIB do país. Ao longo de décadas o setor foi-se fortalecendo devido às facilidades legais oferecidas, às políticas governamentais de atração de agentes bancários, à sua privilegiada localização geográfica, à relativa estabilidade econômica e à economia dolarizada.

No entanto, os anos mais recentes trouxeram sérios desafios, em função dos

escândalos que abalaram o país, em particular os “Panamá Papers”, a Lista Clinton/Caso Waked e as revelações de corrupção/evasão/lavagem de dinheiro envolvendo grandes empresas, como a Odebrecht e a Siemens, com comprometimento da imagem internacional do país. Os reflexos foram severos no âmbito de foros como o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, com impacto muito desfavorável para o setor financeiro local.

Enquanto esteve pela primeira vez na lista do GAFI, de 2014 a 2016, deixaram o Panamá 72 sucursais bancárias. Em período de três anos, entre março de 2016 e março de 2019, foram fechados 12 bancos e abertos apenas 2. Entre 2016 e 2017, os ativos líquidos caíram de US\$ 5,6 bilhões para US\$ 4,6 bilhões. Recorda-se que, para um país dolarizado e sem um banco central que emita moeda, o fluxo de capitais estrangeiros é vital.

Foram mobilizados recursos e esforços, com alguns êxitos, como a retirada do país da lista do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (ECOFIN) – a exclusão do Panamá de lista de paraísos fiscais da EU – e a adoção de critérios no marco da OCDE, inclusive a adesão ao mecanismo de trocas automáticas de informações. Foi adotada, no início de 2019, legislação que criminaliza a evasão fiscal e a tipifica como precedente de lavagem de dinheiro. No entanto, essas medidas foram insuficientes para evitar a posterior volta do Panamá à lista cinza do GAFI e da União Europeia, permanecendo o desafio de melhorar a imagem do sistema bancário do país e levar adiante iniciativas de modernização e maior competitividade.

MAPA DO PANAMÁ



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Panamá
CAPITAL	Cidade do Panamá
TERRITÓRIO	74.340 km²
POPULAÇÃO (2020, WB)	4,315 milhões
IDIOMAS	Espanhol; inglês
RELIGIÕES	Católicos (85%); protestantes (15%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional, com 71 membros)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Laurentino “Nito” Cortizo (a partir de 01/07/2019)
CHANCELER	Erika Mouynes (dezembro de 2020)
PIB nominal (2020, BM)	US\$ 52,938 bilhões
PIB PPP (2020, BM)	US\$ 109,545 bilhões
PIB nominal per capita (2020, WB)	US\$ 12.269
PIB PPP per capita (2020, FMI)	US\$ 12.168
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	12%(out/2021), -17,9%(2020), 3%(2019), 3,9%(2018); 5,8% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015)
IDH (2019)	0,815 (57º entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (WB, 2019)	78,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	95,0%
UNIDADE MONETÁRIA	Balboa
EMBAIXADOR NA CIDADE DO PANAMÁ	Glivânia Maria de Oliveira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Miguel H. Lecaro Bárcenas
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	4000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Panamá	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-out)
Intercâmbio	371,3	313,5	317,1	643,0	1.940,1	1.820,0	552,6	655,2
Exportações	361,9	304,7	308,6	633,0	1.926,2	1.810,0	428,3	538,1
Importações	9,4	8,8	8,5	10,0	13,9	13,0	124,3	117,1
Saldo	352,5	295,9	300,1	623	1.912,3	1.800,0	304,0	421,0

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”).
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da

	Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.
2019	Laurentino “Nito” Cortizo é eleito Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.

1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo Embraer-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.
2006	Viagem do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Viagem do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da

	União Interparlamentar.
2012	Viagem do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidente Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidente Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a Embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Em dezembro, representantes dos MPs dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os Chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.
2019	A Ministra Damare Alves representou o Presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo
2020	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá
2021	O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com a Ministra Erika Mouynes à margem da posse do presidente do Peru, Pedro Castillo.

QUADRO DE ACORDOS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Projeto de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias – PHEFC – do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Reforço na Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário – Mida - do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana-de-Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e Panamá	10/04/2008	Em Vigor	05/05/2008		

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza e a Promoção da Proteção Social	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis	10/08/2007	Expirado	21/08/2007	10/08/2013	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Assistência Técnica na Área de Genética Bovina"	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011		
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate da Dengue"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Informações em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Implementação de Bancos de Leite no Panamá"	25/05/2007	Em Vigor	05/06/2007		

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	04/06/2007		
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	15/07/2009		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Superado			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005		
Declaração Conjunta	06/03/2002	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá	21/08/2001	Expirado		21/08/2004	
Memorando de Entendimento ente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Unidad de Análisis Financiero - UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro	21/08/2001	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias.	21/08/2001	Em Vigor			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área da Educação.	21/08/2001	Expirado	01/02/2002	21/08/2004	
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	27/06/2006		

Acordo, por troca de Notas, relativas à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826	13/11/2000	Em Vigor	07/12/2000		
Acordo entre o Governo da República do Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes.	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	12/09/2002		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	17/01/2002		
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República do Panamá	26/03/1985	Em Vigor	01/07/1996		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	02/03/1983		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	26/02/1980	Em Vigor	26/02/1980		
Memorando de Entendimento Brasil-Panamá.	11/09/1979	Em Vigor			
Convênio sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/08/1972	Em Vigor	04/12/1972		
Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	19/08/1948	Superado			
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por via Comum e Aérea.	09/01/1947	Denunciado	19/02/1947		26/02/1951
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	15/05/1947		

Convenção de Arbitragem entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	01/05/1909	Denunciado			
--	------------	------------	--	--	--